

GANHOS REAIS AJUDAM QUEM GANHA ATÉ R\$ 125, MAS PAÍS  
AINDA TEM 36 MILHÕES DE MISERÁVEIS

# Mínimo reduz miséria em 1/4

Graças, principalmente, aos aumentos reais do salário mínimo e dos pagamentos previdenciários, a miséria no país caiu 27,7% no primeiro mandato do governo Lula, contra 24,3% em todo o período de Fernando Henrique, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O cálculo da redução da desigualdade na era FH, no entanto, considerou o período de 1993 a 2002, apesar de ter ele sido eleito em 1994. A alegação foi não houve Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) naquele ano e para incorporar os efeitos do Plano Real. Na prática, isso significa atribuir a FH avanços no governo Itamar Franco. A queda da miséria no primeiro "mandato" de FH (1993 a 1998) foi de 23% e de 1,7% no segundo (de 1998 a 2002).

Em 2006, 5,9 milhões de

pessoas deixaram de ser miseráveis, redução de 15% ante 2005, a maior desde 1987.

O estudo também conclui que, desde 1982, as políticas de renda no país acompanham o calendário eleitoral: favorecem a população no ano da campanha e punem no seguinte.

A fatia da população em situação de miséria, que era de 35,16%, em 1992, recuou dos 22,77% em 2005 para 19,31% no ano passado. Isso significa, no entanto, cerca de 36 milhões de brasileiros miseráveis.

O levantamento considera miserável quem vive com renda per capita familiar inferior a R\$ 125 ao mês, que, em 2006.

Na avaliação do coordenador do trabalho, Marcelo Neri, o início do Real e o ano de 2006 são importantes na redução da miséria no país.



***Redução da miséria depende de manter ganhos do mínimo e da Previdência***

Ele admitiu, porém, que o aumento de 16% do salário mínimo, em 2006, teve forte

impacto na pesquisa.

O levantamento também revela que nos anos eleitorais

a pobreza caiu, em média, 7,6%, e subiu 3,7% no ano seguinte. **Página 3**

## País já é muito menos desigual

A desigualdade no país caiu entre 2001 e 2006 depois de vir no mesmo patamar praticamente desde a década de 1970. Com isso, o Brasil deixou de ser o terceiro país mais desigual do planeta no início da década, para ser o 12º, segundo o Banco Mundial. Nesse mesmo período, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres cresceu 57,47%, quase oito vezes e meia o crescimento de 6,84% da renda dos 10% mais ricos da população, segundo informações de um levantamento da FGV divulgado ontem.

Marcelo Neri explica que o Brasil é "muito desigual" ainda e justamente por isso tem espaço para avançar.



MANTIDO O RITMO ATUAL, PAÍS SÓ ATINGE NÍVEL

SOCIAL RAZOÁVEL EM MEIO SÉCULO

# Melhora para valer mesmo só em 50 anos

Para economista, redução da miséria é positiva mas é inferior ao índice de 96

Embora o percentual de miseráveis brasileiros recuou de 22,77%, em 2005, para 19,31%, em 2006, se esse ritmo de melhora for mantido, o Brasil demoraria 50 anos para alcançar "um nível razoável" socialmente. O cálculo é do economista Maurício Dias David, diretor de estudos sobre economia global do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (Nest/UFF), ao comentar levantamento do pesquisador Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"A queda é significativa, mas

ainda não recuperamos o nível médio de renda do início do Plano Real, em 1996", salientou David.

A pesquisa foi feita a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE semana passada. Para Néri, 2006 "foi o melhor ano isolado da série história da nova Pnad, com queda de 15% da miséria", em relação à pesquisa de 2005.

Para David, políticas assistencialistas são importantes "e devem ser até ampliadas, mas são insuficientes por não alterarem a matriz

da pobreza e o padrão de desigualdade no país", classificando a evolução de "ganhos superficiais."

Segundo o economista da UFF, que integra o Conselho Editorial do MM, ganhou-se muito com o Plano Real, mas aquele ganho se deteriorou progressivamente e agora está começando haver uma recuperação.

"A situação é preocupante. É preciso definir um pacote de políticas de emprego decente (na terminologia da OIT), mas não basta isso. Faltam também políticas para mexer com o padrão de distribuição da renda", listou, lembrando que 30% da renda nacional, em média, têm sido distribuídos em juros.

□ Rogério Lessa